



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000150825

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000939-19.2023.8.26.0337, da Comarca de Mairinque, em que são apelantes/apelados MUNICÍPIO DE ALUMÍNIO, ----- (JUSTIÇA GRATUITA), - -----, ROSELI SIQUEIRA DA SILVA, ROSIMEIRE DE OLIVEIRA SIQUEIRA, ROSANA DE OLIVEIRA SIQUEIRA MARQUES, ROSENEIDE DE OLIVEIRA SIQUEIRA, ROSIANE DE OLIVEIRA SIQUEIRA, MILENE CRISTINA DE OLIVEIRA SIQUEIRA e ROSÂNGELA DE OLIVEIRA SIQUEIRA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Não conheceram do recurso do corrêu ----- e negaram provimento aos apelos do Município e dos autores. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JOSÉ MARIA CÂMARA JUNIOR (Presidente) E ANTONIO CELSO FARIA.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025.

BANDEIRA LINS

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 23.270

Apelação nº 1000939-19.2023.8.26.0337 Mairinque

Apelantes/Apelados: Prefeitura Municipal de Alumínio

----- e outros

Juiz(a) de Primeiro Grau: Dr.(a) Carla Carlini Catuzzo

APELAÇÃO - RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO E OUTROS - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
- Remoção de restos mortais de jazigo perpétuo, sem autorização, nem prévia notificação, com prejuízo da possibilidade da identificação daqueles - Construção de nova sepultura por terceiro que, sem autorização, invadiu o espaço do jazigo anterior - Pedidos de localização dos restos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

mortais, ou condenação em danos materiais, bem como indenização por danos morais – Procedência corretamente identificada – Danos morais configurados, por violação à memória do falecido familiar dos autores – Condenação por danos materiais mantida, por fundamento diverso – Ainda que o valor dos restos mortais seja extrapatrimonial, a ocupação indevida do jazigo em que se encontravam impôs efetivo prejuízo material – **Apelo do corréu ----- não conhecido por deserção. Apelos dos autores e do Município desprovidos.**

Trata-se de recursos de apelação de **Prefeitura Municipal de Alumínio, ----- e ----- e outros** contra a r. sentença de fls. 146/152, cujo relatório se adota, a qual julgou parcialmente procedente ação de obrigação de fazer c.c. indenização por danos morais e materiais ajuizada por ----- e outros em face do Município de Alumínio e -----, visando à reparação por extravio dos restos mortais de -----, o qual veio a óbito em 11/12/1992, e foi sepultado no Cemitério Municipal de Alumínio em jazigo perpetuo túmulo número 1157, quadra 11 L 395.

Para tanto, alegam, na inicial, que, no início do ano 2023, resolveram ² levar os restos mortais do falecido para a Cidade de Campinas, onde residem, mas, em visita ao túmulo, constataram que o corréu -----, proprietário do terreno vizinho, sem qualquer autorização, invadiu o terreno 1157 e construiu um memorial em homenagem à própria família, assumindo a invasão – não tendo os restos mortais de ----- sido encontrados, nem havendo a Prefeitura informado o paradeiro da ossada do falecido.

Em razão dos acontecimentos, a inicial pede a localização dos restos mortais de -----, e, subsidiariamente, indenização por danos materiais no importe de R\$ 100.000,00 para cada autor; desocupação do jazigo 1157 de propriedade dos requerentes; construção de um memorial para honrar a memória do falecido, bem como indenização pelos danos morais suportados.

A respeitável sentença de fls. 146/152 julgou parcialmente procedente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

a ação, para *CONDENAR de forma solidaria os requeridos ao pagamento de R\$ 5.000,00 a cada autor a título de perdas e danos, bem como indenização por danos morais no valor de R\$ 20.000,00 para cada requerente.*

Apela o Município (fls. 158/169), alegando, em síntese: *inexistência de provas concretas da transferência dos restos mortais*; e ausência, no documento de fls. 55, de *dados da entrada dos restos mortais de -----*, tais como dia, mês, ano. Caso mantida a procedência, o apelante pede subsidiariamente o afastamento da conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, pois o desaparecimento de ossada não equivale a perda de patrimônio, bem como a redução dos valores arbitrados em razão dos danos morais.

Apela o corréu ----- (fls. 170/180), pleiteando, inicialmente o deferimento da gratuidade. Quanto ao mérito, pretende a reforma da r. sentença, alegando, em síntese, inexistência de crime por violação de sepultura vazia, inexistência de provas do sepultamento no local e tampouco da violação da sepultura, bem como exagero nos valores arbitrados.

3

Apelam, por fim, os autores (fls. 184/192), pugnando pela majoração dos valores fixados, tanto a título de danos materiais, como de danos morais.

Contrarrazões do Município a fls. 199/207, e dos Autores a fls. 208/214.

Despacho de fls. 221/222, intimando o corréu ----- à comprovação efetiva do estado de miserabilidade para fins de análise do pedido de assistência judiciária gratuita, ou o recolhimento das custas de preparo referente ao recurso de apelação, no prazo de 05 (cinco dias), sob pena de deserção.

Certidão de fl. 224 atestando o decurso do prazo sem manifestação do apelante.

É o relatório.

Apelação Cível nº 1000939-19.2023.8.26.0337 -Voto nº 23270



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Os recursos do Município e dos autores não comportam guarida; e o apelo do corrêu ----- se encontra deserto.

Inicialmente, não se conhece do recurso do corrêu -----.

O Código de Processo Civil exige, no ato da interposição do recurso de apelação, a comprovação do recolhimento do respectivo preparo, sob pena de deserção, consoante se infere do artigo 1.007, que preceitua: “*no ato de interposição do recurso, o recorrente provará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.*”

Intimado o corrêu ----- à comprovação efetiva do estado de miserabilidade para fins de análise do pedido de assistência judiciária gratuita, ou a efetuar o recolhimento das custas de preparo referente ao recurso de apelação, sobreveio a certidão de fl. 224, atestando o decurso do prazo sem manifestação do apelante.

4

Nesses termos, transcorrido *in albis* o prazo legal, sem que procedesse ao recolhimento (fl. 224), inviável se torna a apreciação do apelo, conforme preceitua o artigo 1.007, do Código de Processo Civil.

Vale notar que a parte, que advoga em causa própria, não pode alegar em seu benefício que se encontrasse em período de férias quando da intimação para a apresentação de novos documentos. O ingresso em férias sem o substabelecimento de profissional que velasse pelos interesses do apelante na ausência deste, a rigor, é atitude incompatível com o desejo de recorrer; e apenas configura causa adicional para que o apelo não seja examinado.

No mérito, trata-se de ação de obrigação de fazer c.c. indenização por danos morais e materiais ajuizada por ----- e outros em face do Município de Alumínio e -----, visando à reparação por extravio dos restos mortais de -----, sepultado no Cemitério Municipal de Alumínio em jazigo perpetuo túmulo número 1157, quadra 11 L 395, por ter o corrêu -----, proprietário do terreno vizinho, sem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

qualquer autorização, e confessadamente, invadido o terreno 1157 para construção de um memorial em homenagem a própria família, não tendo os restos mortais de ----- -- sido encontrados, nem a Prefeitura sabido informar o paradeiro da ossada do falecido. Pleitearam indenização por danos morais, bem como indenização por danos materiais no importe de R\$ 100.000,00 para cada autor.

A r. sentença de fls. 146/152 julgou parcialmente procedente a ação, condenando os corréus ao pagamento de R\$ 5.000,00 para cada autor a título de perdas e danos, bem como indenização por danos morais no valor de R\$ 20.000,00 para cada requerente, para tanto tendo fundamentado:

“Alegam os requerentes que ----- foi enterrado no Cemitério Municipal de Alumínio no ano de 1996. (...) Ocorre que, constaram que o requerido ----- havia invadido o jazigo perpetuo da família, sendo
5
que não encontraram a ossada no local, não tendo a Municipalidade conhecimento do ocorrido, tampouco as partes souberam informar a localização dos restos mortais do falecido, o que deu ensejo ao ajuizamento da presente.

Os requeridos, ao seu turno, arguiram que não há elementos a indicar que o falecido foi enterrado na cidade, considerando o local de falecimento e o lapso de tempo do óbito, não tendo os autores comprovado o alegado. O Município atribuiu a culpa do ocorrido a conduta do corréu -----, ao passo que o referido Réu sustentou que realizou a ampliação do túmulo (somente na parte superior) com autorização do Administrador do cemitério há época.

Pois bem, diferente do alegado em sede de contestação, os restos mortais do falecido ----- estavam enterrados no jazigo 1157, conforme se depreende do documento de fls. 55, não havendo elementos a evidenciar que se tratava de homônimo.

No mais, não se pode olvidar que a Municipalidade autorizou o translado do corpo mediante a emissão do documento de fls. 58, sendo que todos os documentos mencionados têm fé pública eis que são oficiais e não tiveram a autenticidade impugnada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Por tais razões entendo incontroverso que o falecido ----- foi enterrado no jazigo 1157, no ano de 1996, sendo incontroverso que a remoção dos restos mortais se deu à revelia da família do falecido. Em que pese o alegado pela Municipalidade, a conservação, manutenção e organização de Cemitério Público competem ao Município cuja responsabilidade de eventuais danos causados por falha na prestações de seus serviços atrai a sua responsabilidade a rigor do disposto no parágrafo 6º, do artigo 37 da Constituição Federal.

Considerando que o falecido ----- estava enterrado no local, não há como afastar a responsabilidade da Municipalidade em prestar contas em relação aos restos mortais do falecido que estavam sob sua custódia.

Em relação a conduta do requerido ----- é evidente que o mesmo violou jazigo alheio sem a devida autorização.

O conjunto probatório evidencia que o referido Réu “expandiu” o túmulo de sua família, se apossando da parte superior do túmulo alheio ao

6

argumento que o mesmo “estava vazio” e que foi devidamente autorizado pelo Administrador do cemitério há época, em que pese a ausência de comprovação de autorização ou cessão do Município para tanto. Aliás, instado a produção de outras provas quedou-se silente.

Por tais razões devem os réus responder de forma solidária pelos danos causados aos autores. Assim, ante a ausência de informações quanto ao paradeiro da ossada e a violação de sepultura, entendo que condenar as partes na obrigação de fazer para informar/localizar os restos mortais do falecido se assemelha a obrigação impossível, cuja medida somente procrastinaria o sofrimento dos familiares sem qualquer garantia de êxito, pelo que converto a obrigação de fazer em perdas e danos pelo valor de R\$ 5.000,00 para cada autor.

Com a conversão da obrigação em perdas e danos não se há de falar em indenização material.

Já os danos morais suportados pelos requerentes é evidente.”

De fato, sem razão o Município quando discorre sobre alegada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

inexistência de provas concretas da transferência dos restos mortais, pois do documento de fl. 55 não constariam os dados da entrada dos restos mortais de -----, tais como dia, mês, ano.

A esse propósito, corretamente, a r. sentença declarou que os restos mortais do falecido ----- estavam enterrados no jazigo 1157, conforme se depreende do documento de fls. 55, não havendo elementos a evidenciar que se tratava de homônimo – sublinhando igualmente que a Municipalidade autorizou o traslado do corpo mediante a emissão do documento de fls. 58, sendo que todos os documentos mencionados têm fé pública eis que são oficiais e não tiveram a autenticidade impugnada.

É certo, portanto, que o Município não procedeu com a cautela exigida na fiscalização e manutenção do cemitério, deixando que terceiro procedesse à construção de novo jazigo com invasão da área pertencente a outra família, onde deveriam estar os restos mortais do falecido, sem, ademais, se notificarem os seus familiares. O desaparecimento desses restos mortais é, pois, de inequívoca responsabilidade do Município e do terceiro corréu.

Os danos morais, portanto, são indúvidosos: o respeito aos mortos é corolário último do reconhecimento da dignidade da pessoa humana, confinando com o sentimento religioso e com a proteção fundamental à intimidade compreendida esta como vida interior, e assim merecedora não apenas da proteção contra a exposição, mas da oferta de condições de desenvolvimento enriquecedor – inclusive por meio da recordação de familiares falecidos.

Os corréus desconsideraram gravemente tais valores, permitindo o Município, por inexcusável falha, que o corréu ----- se apoderasse do jazigo vizinho; e dando causa, por esse modo, à perda dos vestígios materiais do falecido familiar dos autores.

Insta notar, nesse ponto, que a memória da pessoa falecida, para além



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

da recordação de convívio que efetivamente se tenha tido com ela, ou de sentimentos que esse convívio tenha alimentado, envolve preservar seu lugar na história da família; manter a memória do pesar que sua morte causou; e não esquecer expectativas e sonhos obstados por esse desenlace.

Parte significativa dessa memória se atualiza na conservação de restos mortais, cujo desaparecimento a Municipalidade e o corréu não comprovaram fosse anterior à ação deste, resultante da negligência daquela; e por esse motivo, necessária é a compensação moral fixada em favor dos autores.

Cabe observar, de outro lado, que a quantia fixada em sentença encontra paralelo em precedentes desta Corte (Ap. Cív. nº 1000274-82.2020.8.26.0474, 12ª Câmara de Direito Público, j. 24 de novembro de 2021, Rel. Des. **J. M. Ribeiro de Paula**; Ap. Cív. nº 1048785-26.2014.8.26.0053, 2ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. **Alves Braga Junior**, j. 19/03/2018), não comportando, portanto a majoração postulada pelos autores.

8

Em relação aos danos materiais, mantêm-se a procedência por fundamento diverso. De fato, o valor dos restos mortais é extrapatrimonial; mas a situação constatada revela efetivo dano material, consistente na ocupação irregular e consequente perda do jazigo que continha aqueles.

Na rubrica do prejuízo material, portanto, não cabe inserir o sofrimento resultante da previsível frustração de esforços de busca dos restos mortais perdidos – sofrimento esse que, a rigor, se insere na esfera do dano moral; mas há que se indenizar os autores pelo prejuízo de terem tido um jazigo, que continha os restos mortais, e de não terem mais sequer o primeiro, indevidamente ocupado.

Nesse sentido, a impugnação ao valor fixado para a indenização exigiria a demonstração, por parte dos oito autores, de que a quantia de R\$ 40.000,00 – resultante da soma dos valores fixados em favor de cada um deles – não fosse suficiente para a edificação de novo memorial funerário; e desse ônus, eles não se desincumbiram, cumprindo manter o *quantum* fixado em sentença.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em razão do empenho exigido pelo manejo de recursos voluntários, nos termos do § 11, do art. 85, do CPC, amplia-se em uma décima parte a verba honorária fixada na origem em desfavor de cada litigante – observada a gratuidade processual concedida aos autores.

Ante o exposto, **não conheço do recurso do corréu ----- e nego provimento aos apelos do Município e dos autores.**

BANDEIRA LINS

Relator